



A “Pesca artesanal” enquanto uma categoria de análise antropológica

AMANDA GASPAR

Resumo: o presente trabalho tem como objetivo é refletir acerca da categoria “pesca artesanal” no Brasil. Assim como a construção de “tipos sociais”, que na conjuntura atual estabelecem debates e distinções essencialmente pautadas no aspecto econômico e produtivo de “povos e comunidades tradicionais” desconsiderando o aspecto coletivo de suas formas de identificação, para atender a elaboração de políticas públicas. Tem-se então a individualização de coletividades. Reflexo da maneira como as teorias de do pensamento social brasileiro construíram distinções entre esses grupos influenciados pelo darwinismo social. Fato que produziu por meio de mecanismos científicos, verdades que se consolidaram em um senso comum douto, sobre o outro e que reverbera no diálogo antropológico de maneira sutil, e é expresso na manualização dessas práticas.

Palavras-chave: pesca artesanal; povos e comunidades tradicionais; coletividades

1. INTRODUÇÃO

“[...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2011, p.13).

Este trabalho foi estruturado em torno de duas questões norteadoras. Inicialmente adotamos uma abordagem bibliográfica, na qual procuramos analisar a origem social do conceito, cunhado neste debate conceitual enquanto “pesca artesanal”. Categoria essa, construída nos processos de embate entre agentes sociais que reivindicaram junto ao aparato do Estado uma forma de reconhecimento, intermediado junto a movimentos sociais e instituições como associações, colônias e sindicatos de pesca. A segunda abordagem consiste, com base na pesquisa em curso, entender as relações e dinâmicas políticas e sociais presentes na construção dessa categoria, em paralelo à proposta de pesquisa lançada ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia -PPGCSPA/UEMA. E com base nessa reflexão analisar a situação de pesquisa,

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia- UEMA/MA.

localizada no povoado de Canárias, situado no extremo leste do Maranhão, em divisa com o Piauí. A pesca é a principal atividade socioeconômica da região, e faz parte do cotidiano assim como, outras formas de extrativismo vegetal, o turismo entre outros.

Tendo em vista a pluralidade de formas de expressões que esse grupo se relaciona com os territórios. Em uma dinâmica complexa de formas e expressões, decidimos aprofundar a temática da pesca artesanal. E entender as dinâmicas identitárias dos pescadores locais. Assim como, perceber as relações e arbitrariedades em reduzir as diversas identidades dos agentes, frente a necessidade de identificação institucional mediante uma forma padrão. Durante a pesquisa, procuramos descrever essa situação de pesquisa, enquanto uma reflexão que pode nos oferecer, questões pertinentes a pesquisa antropológica. No sentido de analisar a forma que o uso das categorias, quando tomadas de forma automática (sem refletir o campo de debates no qual o conceito está referido) podem reduzir as identidades criando vazios conceituais que se distanciam das discussões consideradas relevantes aos agentes, caracterizados pela heterogeneidade.

2. Pesca: um Campo de debates

A pesca se constitui enquanto um tema transversal a outras áreas do conhecimento científico. A antropologia assim como a Biologia, Geografia, Oceanografia, Engenharia de Pesca, o Direito. Existe um conjunto de autores que se voltam para o tema da pesca. A pauta socioambiental, por exemplo discute a conservação de espécies, seja na estruturação de políticas públicas e na adoção de um arcabouço teórico e léxico sobre esse setor. Nesse sentido percebemos a “pesca” como um espaço de lutas pela legitimidade de quem discute esse tema. Para tanto me aproprio do conceito de *campo* de Bourdieu (1996), posicionada como um espaço de disputas tanto social como simbólico.

Enquanto ferramenta analítica utilizo a abordagem da Antropologia da Pesca, ramo até então denominado de Antropologia Marítima. Devido aos debates internos, e principalmente por considerar que a pesca, não se restringe ao mar, ela abrange outras territorialidades como os rios e lagos faz-se necessário inserir a Antropologia da Pesca. Utilizando-a enquanto uma linha de pesquisa dentro da Antropologia Social, que busca refletir sobre as questões relativas a “povos e comunidades tradicionais”, no caso dos grupos que praticam a pesca como parte do cotidiano, uma expressão sociocultural e simbólica. De acordo com Muniz (2016) as publicações sobre esse setor foram

expandidas entre os anos 1950 e 1960. Em especial no Brasil as pesquisas a partir dos anos 60 com a problemática da pesca industrial e a mercantilização do setor atrelada a proletarianização do pescador artesanal na Amazônia.

A atividade pesqueira no Brasil é regida pela Lei 11.959/09 que regula o Código de Pesca e que Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Na seção II ao tratar da Atividade Pesqueira estabelece no Art. 4º que:

A atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. **Parágrafo único.** Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal.³

No plano da governança, a organização política de grupos como camponeses e pescadores, esteve mobilizando estratégias através do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, uma campanha para a elaboração da Constituição Brasileira de 1988. Essa por sua vez mobilizou movimentos paralelos como a ‘Constituinte da Pesca’. Articulando a busca pela autonomia política e sindical aos pescadores, garantida, posteriormente, com o surgimento do MONAPE, que, estrategicamente, estendeu suas bases de atuação às representações estaduais (JÚNIOR, 2007, p. 54).

De acordo com o site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento definido por meio da Medida Provisória nº 870, de 1º janeiro de 2019, no Art. 21, III junto ao Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019. Destaca que, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por meio da Secretaria da Aquicultura e Pesca tratar da política nacional pesqueira e aquícola. Inclusive a gestão do uso dos recursos e dos licenciamentos, das permissões, dos registros e das autorizações para o exercício da aquicultura e da pesca. Além disso, o referido decreto destaca a competência do Ministério em relação à pesquisa, ao cooperativismo e associativismo e as negociações internacionais em aquicultura e na pesca. (BRASIL, 2019) essa proposta

³Cf no site: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/23439076/artigo-4-da-lei-n-11959-de-29-de-junho-de-2009>>> acessado em 10/08/ 2020.

estabelece duas distinções que incidem sobre o entendimento de cinco categorias distintas são elas:

- a) **artesanal:** quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;
- b) **industrial:** quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;
- c) **científica:** quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;
- d) **amadora:** quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- e) **de subsistência:** quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica.

Entendo a pesca como um *campo* (Bourdieu, 1996) de disputas, que inserem um debate local, mas também com abordagens exógenas. Diante do processo em curso da globalização destacamos as entidades multilaterais que incidem de forma coercitiva sobre o âmbito nacional relativo ao pescado, aos “estoques pesqueiros”, as “estratégias de manejo” com vistas a pauta “socioambiental”. E que de maneira mais específica incidem sobre o cotidiano dos pescadores no Brasil. Entidades tais como a Organizações das Nações Unidas (ONU), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), ONGs e associações locais formam uma rede de conhecimentos e ação mobilizando essas discussões. A centralidade da pauta que correlaciona o socioambiental e temas como a “biodiversidade”, “sociobiodiversidade” e “recursos pesqueiros”, ganham relevância, e mobilizam eventos como a Rio+20, diante da “crise” ambiental agravada pelo desenvolvimento. Como repercussão vemos a relação cada vez mais intensa entre o local e o global.

A internacionalização dos “conflitos socioambientais” em relação de proximidade com pauta local mobilizam cada vez mais as tensões nas políticas do setor pesqueiro. Em Censo, Mapa, Museu Anderson (2008) constata a construção de formas de classificação, evidenciadas nas categorias cunhadas entre as arbitrariedades dos próprios conceitos passam a ser utilizadas como legítimas. Observamos que de forma similar a autoridade estatal por jurídico e elaboração de categorias elabora mecanismos de legitimação de formas de classificações. A tentativa do Estado em estabelecer controle numa tentativa

de “organização” interna exige dos outros uma identificação marcada pela individualização das coletividades.

Fica evidente que, as arbitrariedades contidas nas formas de classificação o caráter inventivo dos mecanismos classificatórios a partir da manipulação de categorias que possibilitem diferenciar o “mesmo” de um “outro”. Mediante uma construção que perpassa a manipulação de características étnicas, centradas na construção de “tipos” diferenciáveis e diferenciadores que se tornarão esse “outro” à medida que forem nomeados como tais, com a finalidade de manipulação/dominação de signos e códigos (RANCIÈRE:1996). Como em questão a construção de um agente social historicamente datado e socialmente construído, classificado como pescador artesanal. O conceito tomado em si apresentam uma ideia de naturalização do real.

A presunção de tratar politicamente como categoria de identidade atrelada a uma forma de trabalho é uma das situações nas quais os pescadores artesanais se deparam. Já que em casos específicos esta é apenas uma dimensão da vida. A autodefinição e o reconhecimento dos agentes nos grupos perpassa categorias exógenas como: etnicidade; cor/raça ocupação; identidade. Como essa identidade é construída e apropriada? As categorias são mais um parâmetro léxico, uma necessidade do Estado e das políticas públicas. Uma vez que elas são categorias institucionais. O desafio é problematizá-las em uma história social do conceito, já que os mesmos são polissêmicos.

3. A dimensão política da governança no setor pesqueiro

A pesca artesanal é entendida como uma “atividade socioeconômica”, e possui dimensões culturais e simbólicas que incidem diretamente sobre as territorialidades. No Brasil constata-se mais de 8.500km de costa ao longo do litoral. Além da sua expressividade no panorama social, a pesca também possui um papel importante na conservação da biodiversidade. Retomamos um breve histórico da situação da pesca no Brasil. Neves (2011) retoma uma série de eventos nos quais está evidente que os pescadores brasileiros, foram pioneiros em requerer um destaque ao pescador enquanto sujeito de direitos, em termos de representatividade. Destaca-se também a Revolta dos Pescadores, em 1815 no Recife. Esse movimento se posicionava contra a cobrança de “foros”, pagamento equivalente a privatização de recursos naturais imprescindíveis para seu ofício, como os manguezais.

A autora acrescenta que em 1941 partia de Fortaleza, a Jangada São Pedro, com destino ao Rio de Janeiro, levando os pescadores Manoel Olímpio Meira, o Jacaré, Raimundo Correia Lima, o Tatá, e Manoel Pereira da Silva, o Preto, os quais foram recebidos pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, quando foi feita a denúncia formal sobre o abandono dos pescadores pelo Governo Federal. Em 1818 D. João VI cria a primeira Colônia de Pescadores em Santa Catarina. Já em 1962 a Lei Delegada nº 10 cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE com objetivo de desenvolver o setor pesqueiro nacional a um patamar de industrialização do mesmo. Em 1972 outra Jangada parte de Fortaleza até São Paulo, para reivindicar a aposentadoria dos pescadores profissionais. Com a extinção da SUDEPE em 1989, a gestão da pesca passa a ser de responsabilidade do IBAMA. No século XX, em 1991, foi criado o Seguro Desemprego ao Pescador Profissional Artesanal, durante os períodos de DEFESO⁴ (2011).

Nesse sentido, constata-se que a categoria “Pescador Profissional Artesanal” possui tanto uma relação com a atividade específica caracterizada como tal. Mediante um universo mais complexo de formas organizativas das coletividades. E, portanto, uma função e/ou trabalho quando se considera o valor monetário arrecadado nesse setor. A pesca envolve no âmbito da governança, movimentos políticos organizativos de articulação a nível municipal com as associações de pesca, estadual com secretarias, federal com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e entidades envolvidas.

Não podemos deixar de destacar as implicações de situação de vulnerabilidade desses agentes quando os relacionamos com investimento de capital que incide sobre o litoral. Seja com as políticas de “desenvolvimento sustentável” ou “insustentável”. Com a especulação imobiliária que “higieniza” as zonas litorâneas com a demanda dos megaempreendimentos seja no turismo, no setor de energias, mineração, com a criação de parques eólicos como existem dez complexos ao longo do litoral do maranhão

⁴ O seguro defeso, é o seguro desemprego pago à homens e mulheres que praticam a pesca profissional artesanal, tal benefício é pago para os períodos de defeso, aquele em que os peixes se reproduzem e os pescadores ficam proibidos de praticar aquela que é sua atividade de sustento. Para ter direito o trabalhador deve comprovar que exerce a pesca de maneira ininterrupta, seja sozinho ou em regime de economia familiar ver a Instrução Normativa INSS Nº 77 de 21.01.2015 D.O. U. 22.01.2015 > acessado em 20 de janeiro de 2020.

implementados pela Omega S/A⁵, que incidem novas lógicas de acesso e processos de relação com o território pelas comunidades.

Existem algumas formas de caracterização da “pesca artesanal”, também descrita como de “pequena escala” e de “subsistência”. A oposição que aparece de maneira recorrente na literatura está diretamente relacionada em oposição ao termo “grande escala/ou industrial”. Isso posto, com as considerações ditas nas fontes “oficiais”. Procurarei descrever na análise de dados a maneira como os pescadores referidos ao povoado de Canárias- MA percebem, aspectos como identidade, espacialidade e territorialidade. Um segundo ponto descrito na literatura sobre pesca é a “baixa produtividade e taxa de rendimento” do setor artesanal, aparentemente esses grupos são tidos como “improdutivos” e onerosos para o Estado. Já que “não” produzem grandes receitas como as monoculturas de soja e o agronegócio. O terceiro fator é o aspecto da “subsistência” que de forma essencialista expressa uma ideia “pobreza” (nas condições de qualidade de vida) e “falta”. Diante desse panorama nos questionamos se, esses grupos culturalmente diversos e heterogêneos se veem dessa forma, frente ao que tem sido dito sobre eles? Será que não haveria um dinamismo econômico da pesca artesanal, com outras lógicas de negociação a qual a receita do Estado não daria conta?

Para Begossi (2010) se faz cada vez mais necessário ampliar o olhar sobre as comunidades pesqueiras. Considerando as diversas esferas do social, a relação com a ecologia e economia. A autora ressalta que as pesquisas precisam caminhar no sentido de subsidiar ferramenta que auxiliem a apropriação desses conhecimentos científicos, em um diálogo com os saberes tradicionais, propiciando tomadas de decisão por parte das comunidades frente a estratégias de manejo em seus territórios, por meio de uma negociação com os organismos ambientais.

Mas como esse pescador se vê? Será que as descrições que tem sido realizada sobre o pescador e o que tem sido dito sobre eles repercute nas suas narrativas? Nas entrevistas realizadas procuramos conversar com os pescadores Roni um pescador de rio e de mar, como ele descreve suas percepções sobre as mudanças na atividade da pesca, já que ele relatou que aprendeu com seu pai e depois continuou na atividade. O Senhor Roni pescador tem 39 anos. O Senhor Juvenal que esteve junto na entrevista tem uma fala politizada como parte de sua trajetória de vida no povoado esteve ligado à figura de

⁵ Ver o site http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/36846642/do1-2018-08-15-portaria-n-182-de-13-de-agosto-de-2018-36846559 > acessado em 20 de janeiro de 2020.

representação de uma associação local. Ele é um pescador aposentado de 60 anos que me acompanhou nessa entrevista e pudemos obter uma descrição sobre as redes de relações e uma percepção específica do modo de compreender a pesca a partir de seu relato:

Amanda: mais você percebeu assim alguma diferença no tipo de tripulação que tinha de uns anos para cá percebeu que permaneceu alguma coisa que mudou?

Roni: olha a única diferença que eu vejo assim... hoje em dia pouco se está pescando assim no mar, pelo menos a pescaria de camurupim. Hoje em dia a pescaria nem se compara com a pescaria de antigamente os pescadores. Aparece pescador quando aparece camurupim. Antigamente era de inverno a verão era de segunda a sábado o pessoal pescando maré de enchente ou de vazante. Eles iam não tinha outra, outro meio de ganhar dinheiro. Então eles tinham que ir. E mesmo assim tinha mais peixe também né que às vezes não pegava nada mais as vezes pegava eram oito, nove peixes hoje em dia dificilmente você pega dois. Aí tem essa diferença também

Amanda: e o mestre, me fala mais sobre ele

Roni: assim o mestre é o responsável por guiar a tripulação na passagem da *rebentação*. Porque eu mesmo nunca quis ser mestre porque para mim é a pior parte não de saída mais de entrada. O *mestre* é o responsável por não deixar a canoa afundar. O *mestre* e o *lastreiro*, são os dois responsáveis, de rede eu acredito que também seja quase a mesma coisa. Porque o cara vai aprendendo aos poucos e com o tempo ele vai assim sabendo os pontos né. Os macetes do serviço e vê aonde é que engancha aonde que tem mais peixe, e assim por diante

Amanda: e tu percebeu se a chegada das rabetas aqui mudou também essa organização?

Roni: olha a chegada da rabeta ela mudou um bocado de coisa. Ela mudou assim para o meu ver assim ajudou a população, ajudou. No ponto da facilidade, você pode ir sozinho você pode ir contra a maré contra o vento o que for.

Amanda: não depende mais da maré né?

Roni: não depende da maré você vai sozinho. Eu por exemplo qualquer hora eu saio daqui maré de enchente ou de vazante antigamente eu não podia fazer isso porque para sair num quadradinho pequeno dependia muito

Juvenal: da maré né.

Roni: mais também vem a dificuldade porque com as rabetas a perseguição ficou maior. Porque se você saia e aguentava *lá por fora* (categoria para se referir a distância da costa mar a dentro) para dar um lance de enchente quando a maré enchia você dava um lance com a rede assim tiracolo, pegava a rede e vinha embora. Você não podia mais voltar. Hoje em dia não você pesca lá até a *preamar*. A maré enche, enche até começar a *vazar* e eles ainda tão lá. Porque a rede desce quando chega ali embaixo assim com a rabeta sobe. Aí vem de novo, é isso mudou isso mudou bastante sem dizer que os cabocos dos Tatus também não saem mais daqui. Antigamente só quem fazia barraca aqui

na barra aqui era o João Zão. Um tal de João Moita Verde hoje em dia é duas barracas dessa um desse lado um desse aqui. Porque você passa pelas cora você não vê uma *sauna* pular hoje em dia porque pela perseguição ser maior as cabras tão direto porque não depende de maré, dois cabocos vêm em qualquer canoinha e vão embora. (Senhor Roni pescador do povoado de Canárias, 39 anos)

A relação com as territorialidades e as dinâmicas de status e posição de distinção dentro da lógica de organização da “turma” que pesca no mar, e a definição interna dos pescadores entre quem pesca no “rio” e quem pesca no “mar”, produz um conjunto de conhecimentos distintos e uma rede de relações que mobilizam diferentes agentes a depender das pescarias. A partir da vivencia e partilharem tanto das territorialidades tanto da terra como do mar. Na descrição de Ramalho (2012) podemos observar que elementos como ancestralidade são essenciais nas técnicas e formas de continuidade de um saber fazer

O pescador é sempre resultado de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em suas técnicas (manejo das águas, das armadilhas e do barco) e formas de sociabilidades repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas nos campos material e simbólico, que são também patrimoniais. É objeto e sujeito de um saber-fazer, que não se esgota; renova-se e se refaz para que esse trabalhador possa continuar existindo, resistindo, reproduzindo-se na sua relação com a totalidade social [...] da qual é parte integrante (p.19).

A partir das expressões materiais e simbólicas que compõem o universo do pescador, assim como sua relação com as territorialidades, notamos que ao desempenharem suas “funções”, enquanto membros de um grupo específico, existe um movimento de ruptura e continuidade com a ancestralidade e um conjunto de signos do campo simbólico em constante movimento, presentes nas relações sociais, que revestem o cotidiano de Canárias. Sobre as relações e a continuidade dos saberes na pesca o Senhor Riba, que é pai do Senhor Roni, e pescador aposentado tem 63 anos, nos relatou:

Amanda: e como que vocês se organizavam tio para ir para a pesca, assim eram quantas pessoas?

Riba: minha fia sempre, sempre a gente pescava de quatro pessoa. É porque é em cada “turma” né. Saia eram quatro pessoas.

Amanda: e como que era essa organização, quem fazia o que?

Riba: minha filha assim, vamos dizer que a gente tomava de conta. Pelo menos assim que eu comecei a pescar; que eu comecei a pesca de caçoeira (rede de pesca) né e aí a gente começava; vamos dizer que no meu caso que passei a pesca de mestre nas canoas aí eu que tinha que procura os pescadores para poder fechar o número de pessoas.

Amanda: como que vocês definem quem vai para *poupa*, quem ia para ficar remando?

Riba: não porque assim. Vamos dizer que eu pescando como *mestre* era eu que ia para *poupa* e aí tinha cada um nas suas posições né. Tinha um para ir no *finca-pé*, um para o meio e outro para *proa*. Vamos dizer que cada um tinha a sua função certa, né. Apesar de que cada um também fazia toda a função mais lá no serviço cada um tinha as posições certas.

Amanda: certo. Mais assim era grupo de família ou era grupos de amigos como que vocês faziam assim?

Riba: é minha fia praticamente era grupo de amigos né porque era um daqui outro de lá. Não era de uma família não, sabe era grupo de amigos. Chamava um daqui outro de lá e cada um de fora a parte.

Amanda: e aí vocês saíam daqui e iam pescando lá no mar. Como que vocês definiam os pontos de pesca?

Riba: a minha filha aí vamos dizer porque a pescaria de *caçoeira* era realmente só na *quebrada*. Era no rolo do mar. Dificilmente a gente pescava do lado de fora, era só sair para fora e colocava para dentro do mar. E puxava que era só no rolo da costa. Mais aí aonde arrebentava a água do mar era esse o tipo de pesca que a gente fazia.

Amanda: e que tipo de peixe assim vocês mais pegavam nesse tempo?

Riba: nessa época era pescada e o *camurin* né era o tipo, aliás que na época que eu comecei a pescar tinha muito mais muito mesmo tubarão. No Canto do Navio que era onde a gente pescava. E também desse peixe a gente pegava bastante.

Amanda: E antes do senhor ser mestre tio você era considerado o que assim, porque eu não conheço esse tipo de organização das canoas e tal.

Riba: é como vamos dizer que dizendo que eu era mestre eu era o responsável pela “turma” toda. Todos os pescadores e pela rede o material alheio que a gente trabalhava. Aí esse que era minha função de mestre porque eu tinha que ter responsabilidade por todos. Essa era minha função.

Amanda: e essas redes que vocês pescavam geralmente era de quem assim quem era o dono. Era vocês mesmo?

Riba: não minha filha. Pescava, eu sempre pesquei nas redes do compadre “P” e nas redes do papai que assim minha mesmo eu vim pescar depois de muito tempo, agora quase que para o final foi que eu vim inventar a pescaria de *rede na costa* foi que eu pesquei com as minhas redes mesmo.

Amanda: e como que vocês faziam para vender esse peixe, para quem que vocês vendiam o peixe que vocês pegavam? Era comprador daqui não era?

Riba: era comprador daqui mesmo, que era para o próprio dono da canoa. Sempre, sempre aqui é foi assim. O próprio dono da rede é que é o comprador do peixe. A gente vendia para ele, para ele atravessar para outro.

Amanda: assim, entrando aí nas questões econômicas, (risos) como que é essa divisão do ganho de vocês?

Riba: minha filha era complicado. Porque vamos dizer que a pescaria de rede na época o dono da rede dava o *rancho* né dava toda a despesa que precisava na pescaria e quando a gente chegava aí a partilha era meio a meio, né. Tirava a metade para o dono da rede, e aí então a outra metade é que era dividida para os quatro. Era meio... mais vamos dizer que a gente precisava. E não tinha outra saída tinha que arriscar.

Amanda: Certo. O senhor também já pescou *arranchado* também?

Riba: minha filha sem querer que não era bem meu forte. Mais fiz muitas vezes. [...] a única pescaria que eu fazia era digamos só pesca de rede e de linha era as únicas pescaria que eu faço.

Amanda: meu deus (risos). Hoje as coisas são diferentes

Riba: é (risos); rapaz mais pense que é um serviço que me acaba mesmo é jogo de tarrafa

Amanda: o senhor é colonizado em que associação?

Riba: é colônia Z7. Dos Morros da Mariana.

Amanda: sua carteira é como pescador profissional?

Riba: minha filha é. Como pescador profissional mais apesar de que eles falam de que é um tal de artesanal. Quando eu pescava de caçoeira fiz umas boas pescaria cheguei até a pescar duzentos quilos de peixe numa pescaria, isso é marcante para a gente. Mais naquele tempo tinha muito peixe. Hoje dificilmente você vê, pega 100kg de peixe. E também quando eu pescava de linha né, pescaria de *camurupim* que eu cheguei a pesca umas três quatro vezes sete camurupim num dia. Aí sim essa foi emocionante. O maior camurim que eu peguei nós pesamos três, quatro horas atrás dele mesmo. Porque aí era numa linha de náilon 70.num anzol 8 que era pequenininho também e o peixe era muito grande. Que ele deu 57 kg só a carne, só a carne tirada sem o espinhaço ele deu 57kg esse, nós trabalhamos três a quatro hora, remando atrás dele e ele na linha e agente indo atrás dele até que chegou ao ponto da gente arpoar ele, esse também foi marcante. (Senhor Riba pescador do povoado Canárias, 63 anos)

No âmbito das reações e das percepções das classificações existe uma diferenciação entre como eles se reconhecem no dia a dia e na forma como os órgãos com a política classificatória os tenta definir. A organização interna varia de acordo com os tipos de pescarias, se vai ser no “rio” ou no “mar”. A função da “turma” nas pescarias nem sempre é fixa, e todos os pescadores têm conhecimento de todas as funções na canoa de pesca. Percebemos também que existem espécies de peixes que são expressivas para

os pescadores de Canárias como o camurin, em outros relatos a pescada amarela também foi citada. O mestre da pesca é um personagem importante nessa dinâmica de pescarias, é ele também o responsável por guiar os pescadores aos pontos de pesca “pesqueiros”. E na repartição dos ganhos nas pescarias.

No âmbito político desse debate, destacamos a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais-PNDSPCT, que cunha por meio do decreto 6.040/07 (DOU 8.2.2007) o conceito de “povos e comunidades tradicionais” enquanto: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Mais especificamente sobre a situação da pesca, com a regulamentação da Lei 11.959/09 (DOU 30.6.2009), que objetiva: “o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades”. (BRASIL, 2007).

É importante salientar ainda, que a história da pesca artesanal brasileira sofreu forte influência do militarismo, fruto da missão do Cruzador “José Bonifácio” da Marinha, entre 1919 e 1924. A missão foi responsável pela criação de 800 colônias de pesca, que passaram a ser a única formação representativa conhecida pelos pescadores e as quais foram obrigadas a pertencer. A missão também criou mais de 1.000 escolas, organizou grupos de escoteiros, fundou postos de saneamento, procurou desenvolver a instrução profissional, combate à verminose, malária e alcoolismo e procurou fiscalizar a pesca predatória. Apesar dos avanços, a missão trouxe implicações políticas nefastas aos pescadores, pois a marinha se deteve em questões de segurança nacional da costa no período da segunda guerra mundial e impuseram o engajamento dos pescadores na defesa militar do país estabelecendo o controle social sobre as comunidades pesqueiras (SILVA: 2014).

4. Povos e Comunidades Tradicionais frente às agendas globais: podemos falar de um pluralismo político?

Discutir as narrativas política desses grupos pressupõe, além de utilizar uma abordagem da história social do conceito, adentrar a problemática que está situada no campo epistemológico. Inserida no contexto das Unidades de Conservação (UC)

cunhadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) por meio da lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamenta o art. 225 da Constituição Federal de 1988. O povoado de Canárias está situado entre duas UCs, abaixo está a delimitação da Resex Marinha decretada em 2000.



Figura 1. Mapa com desenho da delimitação da Reserva Extrativista Marinha do Delta fonte: MMA

Constatamos que os modelos das UCs inserem esses grupos dentro de uma discussão voltada ao “socioambiental”. A inserção de uma nova lógica de “uso/manejo” e exige desses grupos uma tomada de decisão mediante ao colapso iminente do “do meio ambiente” promovido pelas corporações. Percebemos o crescimento das pautas “socioambientais” no início do século XXI. A interferência do homem (construído no humanismo) trouxe, aparentemente severas consequências ao “meio ambiente” endossado pelo modelo capitalista desregrado. As consequências desse sistema endossam o que Lopes (2004) cunhou conceitualmente enquanto a “ambientalização” dos conflitos sociais descrito da seguinte forma:

A ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de grandes riscos e de sua internacionalização. (p. 18)

A relação entre local e global é evidenciada no trecho acima. Percebemos o Estado enquanto uma esfera do social que constrói, e elabora leis para manutenção de controle e legitimidade. As categorias estatais estão por vezes presente no léxico científico, e na pesquisa; exigem um olhar atento sobre o uso e reprodução de algumas categorias. Que insere a pesquisa constantemente em um campo de disputas. Desde atentar para as classificações que uma vez institucionalizadas nem por isso são hegemônicas, ou apropriadas. Além disso existem territorialidades que são específicas e que estão para além dos limites instituídos nas linhas das demarcações “oficiais”. A classificação é somente aquela instituída/oficial? O estudo das categorias se insere e traz uma novidade no sentido de perceber os diferentes significados que estão unificados na ideia de “cultura”.

Observa-se que com a construção das Uc’s nas diversas categorias do mosaico de unidades de conservação que existem. O modelo de “gestão” que elaboram e a maneira como as comunidades estão inseridas ou excluídas de uma série de aparatos políticos e institucionais de desconhecimento político frente as demandas sociopolíticas que surgem nesses territórios que a partir de uma legislação passam a possuir uma persona política, jurídica entretanto os instrumentos de “gestão” estão na contramão do que se consolidou como um “saber” ou não levam em consideração as categorias locais, inserindo novos códigos de fora como as maneiras e “boas práticas” ou em “práticas de sucesso”.

A presença das instituições como Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Colônias dos pescadores, Associações locais ONGs que atuam na região. A prefeitura e instituições como as universidades são uma marca da forma como os grupos mediam frente ao estado em espaços aparentemente democráticos.

Diante da proposta de pensar em modelos de “sustentabilidade”, entendendo-a enquanto uma construção social, historicamente datada e socialmente construída. Santos (2012) discute a possibilidade de preservação e estratégias de continuidade em modelos de Áreas Proteção, em Unidades de Conservação modelos de grupos sociais no caso da RESEXs da Zona costeira e a necessidade de pesquisa com vistas aos modelos de “uso” estabelecidos nesses espaços e fora deles.

O Brasil se encontra hoje em uma encruzilhada na qual deverá escolher entre: continuar sua política de desenvolvimento económico e fechamento de algumas culturas em reservas, ou de definitivamente adotar o desenvolvimento sustentável para os ambientes costeiros que ainda guardam a maioria das suas características originais, como no caso dos territórios da RESEX e RDS e seus entornos. Para tal, a pesquisa dentro e fora das Unidades de Conservação será essencial. (p. 420)

Podemos perceber neste cenário que o território além da sua dimensão geográfica também manifesta as construções simbólicas em torno dos usos dos espaços seja de pesca de lazer de turismo entre outros como já foi exposto a cima. Diante disso as disputas em torno do território como no caso da pesca e do turismo, enquanto formas de “uso” dos recursos tencionam e explicitam a disputa. Situada na *Rota das Emoções*⁶ a comunidade de Canárias convive com um intenso trânsito de barcos de turismo, lanchas rápidas e praticantes de esportes aquáticos tais como o *kitesurf*. Situação essa que tem gerado tensões com os pescadores artesanais que dispõem apenas de pequenas canoas com cerca de 6m de comprimento.

A pauta da “gestão” dos recursos pesqueiros tem entrado em voga no povoado. Primeiro pelo aspecto da “sustentabilidade” na RESEX que visa “garantir o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais”. Segundo que dado o fenômeno da globalização e os acordos internacionais que visam a manutenção de áreas protegidas em países como o Brasil. Essas questões ganham desdobramentos, clivagens, A elaboração de formas de “gestão” dos recursos naturais e inclusive sociais reforçam a governança mediante a construção de espaços coletivos de construção de acordos sobre o uso e manejo dos recursos naturais e bens comuns.

A criação de “planos”, “acordos” e “metas” a de abrangência global como planos de ação elaborados em parceria com a Organização das Nações Unidas. Destaco duas dessas agendas “globais”. A primeira em questão elaborou 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma agenda de grande fôlego para o milênio. Aqui

⁶ A **Rota das Emoções** é um percurso de 900 quilômetros de estrada que inclui atrações turísticas de três Estados: Ceará, Maranhão e Piauí. São três áreas de proteção ambiental, o Parque Nacional de **Jericoacoara** (CE), a Área de Proteção Ambiental do **Delta do Parnaíba** (PI) e o Parque Nacional dos **Lençóis Maranhenses** (MA). A Rota das Emoções foi criada pelo **Sebrae** (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para estimular o turismo da região. O projeto desenvolvido em conjunto com o Ministério do Turismo procurou capacitar as empresas que operam no roteiro, através da formatação de produtos, melhoria de qualidade e promoção dos destinos integrados.

De acordo com o site: <https://viagenscinematograficas.com.br/2018/08/rota-das-emocoes-dicas-roteiro-de-viagem.html> Acessado em fevereiro de 2019.

pode-se perceber a tentativa de definir o domínio do que a partir do Iluminismo foi diferenciado enquanto dimensão do humano e do meio ambiente. Aqui em especial destaco o de número 14 que prevê: “a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. A segunda agenda que trago para reflexão é a construção do tratado de Aichi para 2020 que prevê cinco objetivos centrais para a manutenção e conservação de uma diversidade biológica é um exemplo desse planejamento.

Destaco aqui a criação e difusão de conceito de abrangência global como “sociobiodiversidade”, “diversidade” “ecológica” e “biológica” que assegurem uma “biodiversidade” e conseqüentemente nessas reservas embora com uma visão de garantia de território para a “manutenção de um modo de vida sustentável”. Se faz necessário rever que nesses discursos projetados a nível global existe um projeto colonial pulverizado nas antigas colônias. Dada a intervenção vertical desses conceitos advindos de conferencias internacionais e acordos estratégicos de abrangência internacional que impõem a esses grupos “modelos de gestão”.

De maneira a garantir as formas de trabalho reconhecendo as práticas tradicionais de extrativismo, estabelecendo ferramentas de continuidade em longo prazo e a conservação dos recursos naturais sejam eles: pesqueiros, ecológicos, biológicos da sociobiodiversidade que envolvem o cotidiano dessas comunidades no lidar com as dinâmicas das marés, dos ventos e da sazonalidade das estações. Neste contexto, também é fundamental a manutenção dos saberes tradicionais proporcionando a continuidade dos conhecimentos ancestrais presentes na pesca, na construção dos apetrechos e nas embarcações artesanalmente fabricadas pelos mestres (BRASIL, 1999).

Canárias tenha compartilhado até aproximadamente a segunda década do século XX as atividades de pesca e agricultura, houve um rompimento com esse modo de vida local. Procuramos neste capítulo identificar a partir de que contexto houve a substituição da lavoura de arroz, pela pesca no mar, enquanto atividade e fonte de renda. Constatamos que no início do século XX, nessa região do Delta praticavam a cultura do arroz, já que as condições de solo próximo à beira do rio favoreciam essa produção.

Naquele período, segundo os relatos dos moradores mais antigos, também se realizava a pesca de curral⁷, já que o rio era mais estreito e muito profundo. Havia

⁷ Era uma modalidade de pesca artesanal praticada em rio, principalmente no período do verão. Na pesca de curral, se pescava de canoa em maré de vazante. A estrutura do curral era composta por uma estrutura de varas dispostas em formato circular, estas por sua vez eram amarradas com

diferentes perfis de atividades de subsistência e, dada as dificuldades da época, os moradores sabiam um pouco de cada atividade, embora alguns preferissem se dedicar apenas a uma atividade. Diante da relação entre agente social e meio Gandara (2010) descreve:

A paisagem geográfica é um campo de significação sociocultural, e nos seus simulacros, pulsam, mesmo que debilmente as contradições do imaginário que atribui à sua plasticidade o sentido de sua historicidade. Afinal o real não é feito de coisas e/ou de imagens autênticas das coisas, mas, sim da relação que temos com elas [...] (p. 34-35).

Observamos que conforme retratavam o seu passado, lembravam com carinho a memória de uma comunidade que já foi modificada de diversas maneiras, tais como: o recuo das casas pelo avançar do rio; as casas de taipa que, atualmente, cederam lugar às casas de alvenaria; a luz de lamparina, que foi substituída pelas lâmpadas elétricas; as festas chamadas “bazares” (eram festas conduzidas ao som de radiolas, no qual se reuniam moças e rapazes), por paredões de sons, é comum que na casa de alguns moradores exista uma caixa de som e que, diariamente, escutem em alto volume músicas como: forró e brega.

Em suas falas, compassadas pelas lembranças da infância, permeiam o tempo das dificuldades, como a dependência das condições da maré para que fosse possível sair remando de Canárias-MA, para vender o peixe, que, atualmente, é rapidamente transportado pelas voadeiras, que navegam o Rio Parnaíba.

Dentre essas inúmeras mudanças, que ocorreram na segunda metade do século XX e início do século XXI, elegemos como indicador a pesca. Até início do século XX, de acordo com as narrativas dos agentes sociais da pesquisa a pesca era praticada por

uma espécie de cipó. De acordo com os pescadores da comunidade com a projeção da sombra das varetas na água o peixe depois de entrar do peixe nessa armadilha de pesca, ou seja, uma vez presos os peixes não conseguiam sair ou fazer o retorno no curral. Essa modalidade de pesca já não é praticada na Ilha, ela foi uma das principais fontes de renda, mas entrou em declínio por volta dos anos 70 e 80 do século XX, com a chegada de redes de pesca como as caçoeiras.

instrumentos como a sulanca⁸, redes de arrasto⁹; tarrafa¹⁰, linha¹¹, curral, modalidades praticadas no rio, havia também a pesca no mar. Os pescadores eram identificados na comunidade segundo o tipo de pesca que realizavam, mas por vezes muitos deles praticavam mais de um tipo de pesca. O que dependia de aspectos sazonais como o tipo de pescado da “temporada” que se torna mais abundante em determinados meses do ano.

Entre os pescadores, constatamos que existem dois segmentos que os pescadores diferenciam na região: o “pescador rio” e o de “mar”. Sendo assim, a salinidade da água nessa região é um elemento que estabelece uma distinção entre eles, fora o ponto de que a depender do tipo de água, temos um tipo de peixe específico com um valor econômico e social distinto. Dessa forma, há o pescador de água doce e o pescador de água salgada. Canárias está no Delta do Parnaíba, nesse sentido, a água do rio se encontra com o Oceano Atlântico, água do mar, o que modificada o regime da salinidade da água de duas maneiras na comunidade. Durante parte do dia, o que depende da maré, quando está de vazante a água é doce, a outra parte do dia, quando a maré fica cheia, a água é salgada. Um dado interessante de Canárias é que de acordo com Meirelles (2012) cerca de 83%, dos homens são pescadores, e apenas 17% de mulheres praticam essa atividade.

5. Considerações Finais

Diante do que discutimos neste trabalho ressaltamos que a pesca está inserida em um campo de debates no qual a antropologia da pesca discute para além dos fatores ambientais as relações sociais entre os grupos institucionais ou não e as pautas

⁸ A sulanca é um tipo rede de malha pequena feita com um cabo de náilon que mede cerca de 60 braças (a braça mede cerca de 1,5 m). As dimensões de uma sulanca medem em média 90 metros de comprimento por 3 braças de altura (cerca de 4,5 metros). Essa pesca era praticada nas enseadas, do rio ou do mar e trazia a rede do até a margem.

⁹ Essa modalidade de pesca era praticada na comunidade com uma rede de pesca com cerca de 15-20 metros, na qual era trazida rede da enseada até a margem, mas que hoje em dia não se utiliza mais.

¹⁰ A tarrafa é um instrumento de pesca construído com náilon, com cerca de doze palmos (medida utilizada pelos pescadores para medir) cerca de 2,5 metros. A tarrafa é utilizada para pesca no rio e no mar. Seu uso é geralmente para pescar iscas como o camarão e sauna.

¹¹ Na pesca de linha, se utiliza um fio de náilon, no qual são fixadas anzóis e uma chumbada (peso de chumbo que auxilia na imersão da linha). Praticada em rio e no mar, entretanto cada um dos tipos de pesca demanda tipos distintos de materiais, sendo que para o mar, as linhas são de numeração maior do que as usadas no rio.

governamentais. O debate fundante dessa pesquisa em curso consiste em refletir de maneira reflexa as categorias utilizadas no decorrer da pesquisa com vistas a refletir sobre a origem social do conceito para situar que de forma automática passam despercebidos, sendo que o debate epistemológico se faz necessário uma vez que existe a construção de conceitos e categorias que na sua construção pressupõe uma arbitrariedade das relações coletivas que envolvem a dinâmica do social. De acordo com Almeida (2005) as teorias do pensamento social brasileiro contribuíram para consolidar a maneira como o sujeito social é visto. Já que esse é um ser socialmente construído e historicamente datado. O autor descreve:

[...] o sujeito “biologizado” e estiolado, impedido de se construir em “sujeito social”, torna-se tão somente objeto da ação governamental, sendo comumente definido de fora e denominado de “beneficiário”, “público-alvo”, “público meta”, usuário e/ou “cliente” de seus programas, planos e projetos de cunho “desenvolvimentista”. (2005, p. 12).

Dessa forma a garantia por direitos, cria uma cisão entre as coletividades e as categorias se dividem e produzem agentes vistos ao Estado como diferentes. Nasceram os sujeitos de direitos mas desconsideraram o aspecto coletivo das pautas, comuns a esses agentes. Ainda de acordo com Almeida (2005):

“[...] o darwinismo do ponto de vista da manualização, é objeto de uma modalidade de vulgarização científica que enfatiza seu caráter auto-evidente de ser capaz de “tudo” explicar. [...] a simples menção de explícita ao darwinismo, por si só, é utilizada como argumento de autoridade científica, sob uma auto-evidência. [...] constata-se, deste modo, uma banalização da ideia de “seleção” a cada repetição vulgar ou manualesca do termo darwinismo (p. 19).

Diante do que aqui foi pontuado podemos considerar que a construção, elaboração e manuseio de categorias que incidem majoritariamente a esses grupos que se debruça em dissecar e separar em “tipos” individualizados das coletividades. O diálogo com o Estado constrói uma série de pequenos conflitos que irradiam para dentro desses grupos. Uma vez que se mostram em forma de benefícios sociais provenientes do governo. Esse por sua vez desconsidera a própria luta desses e outros agentes, na construção de outras

formas de saber e viver, e exige dos mesmos uma readequação sobre esse outro. Por fim retomo Almeida ao constatar:

“Cabe reiterar que a banalização do termo é de tal modo autoevidente que dispensa qualquer definição criteriosa explícita sobre o que estaria se querendo dizer exatamente com darwinismo. Este fato de se cristalizar numa forma de vulgarização científica, que simula exatidão e é utilizada axiomáticamente para explicar quaisquer fenômenos, é que constitui a própria razão de ser da análise crítica ora apresentada.” (p. 20)

O debate é extenso e cheio de clivagens e tensões seja na vasta bibliografia sobre o tema da pesca seja nas narrativas dos pescadores que cotidianamente se lançam nas marés e ainda assim tem pouco reconhecimento frente ao Estado. Uma proposta que fica explícita com base nas leituras também é a distância social entre o agente social da base e as lógicas de linguagem e distanciamento dos conhecimentos científicos, que se mostram um desafio. A desconstrução de espaços de debates no âmbito da governança é um dos desafios que se coloca dada a necessidade de discutir com os governos alternativas para esses agentes sociais. Com a finalidade de fomentar esses espaços o Painel Mar no I volume do Horizonte Oceânico Brasileiro em um documento síntese para os tomadores de decisão descreve como fundamental e urgente a promoção de espaços colaborativos para o fortalecimento das discussões relativas a pesca por meio dos conselhos presentes nas UCs, dado a mitigação e desconstrução de espaços democráticos nos quais a sociedade civil e organizada possa construir com os governos formas de participação efetivas para uma gestão que se aproxime das questões postas pelos agentes sócias.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, A. W. B. de. **Darwin e Marx: diálogos nos trópicos para uma interpretação do Brasil**. Somanlu, ano 5, n. 2, jul/dez. 2005. pp. 09- 27

BEGOSSI, A. **Ecologia de pescadores artesanais da Baía da Ilha Grande**. São Carlos: RiMa, FAPESP; 2010.

BENEDICT, A. Censo, mapa e museu. In. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**; tradução Denise — São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P. 226-255.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad: Mariza Correa - Campinas, SP: Papyrus. 1996.

DIEGUES, A. C. A interdisciplinaridade nos Estudos dos Mar: o papel das Ciências Sociais. In. **A Pesca Construindo Sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ USP, 2004. pp. 15-46.

GANDARA, G. S. Eu, o Rio. In: _____. **Rio Parnaíba... Cidades-Beira (1850-1950)**. Teresina: EDUFPI, 2010. pp. 17-97.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. SILVA, T; Louro, G. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JÚNIOR, P. L. T. **Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 51-62, set-dez. 2007

LOPES, J. S. L (Org). A “ambientalização” dos conflitos. In: **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro : Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004p. 17-40.

MEIRELES, V. de J. S. **Etnobotânica e caracterização da pesca na comunidade Canárias, reserva extrativista marinha do Delta do Parnaíba, Nordeste do Brasil**. Teresina: 2012.

MUNIZ, L. M. **Pescar e despescar: uma análise do cotidiano da pesca praticada por um grupo de pescadores em Penalva – MA**. São Luís 2016. (tese)

NEVES, B. A. de C. **Os jangadeiros de Vargas**: Reflexões acerca das viagens reivindicatórias de jangadeiros cearenses. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

RAMALHO, Cristiano W. N. **Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro**: expressões socioculturais da pesca artesanal. Revista de Ciências Sociais. V. 43. Nº 1-jan/jul: Fortaleza: UFC, 2012. p. 08-27.

RANCIÈRE, Jacques. “**Os ossuários da purificação étnica**”. Folha de São Paulo, 10 de março, 1996 a. p.3-5.

SANTOS, Et Al. **A pesca enquanto atividade humana**: pesca artesanal e sustentabilidade. Revista da Gestão Costeira Integrada 12(4):405-427 (2012). pp. 405-427.

SILVA. A. P. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

Sites Pesquisados

BRASIL. 2009. Lei Nº 11.959. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/817808/codigo-de-pesca-lei-11959-09#/>>. Acesso em: 15 /08/2020.

BRASIL. 2007. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%206.040-2007. >. Acesso em: 17/08/2020.

BRASIL.2019 Instrução Normativa Nº 4, DE 28 DE FEVEREIRO. Disponível em https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/65868340/do1-2019-03-06-instrucao-normativa-n-4-de-28-de-fevereiro-de-2019-65868155.<acesso em 20/08/2020

I VOLUME Horizonte Oceânico Brasileiro: síntese para os tomadores de decisão
Disponível em:
https://painelmar.com.br/wpcontent/uploads/2020/08/S%C3%ADntese_INTRODU%C3%A7%C3%83O-3-mesclado.pdf. < acesso em 20/08/2020